Brasília-DF



ROSANA HESSEL (INTERINA)
rohessel@gmail.com

"Périplo cinematográfico"

A economista Monica de Bolle, pesquisadora do Peterson Institute for International Economics (PIIE), denominou a fuga de Flávio de "périplo verdadeiramente cinematográfico" — cujos detalhes apenas começaram a ser revelados — para se abrigar nos EUA sob a guarda de Donald Trump e do secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio.

"Futuro sombrio"

Monica lembrou ainda que, no próximop dia 3, Trump enfrentará as eleições legislativas que prometem devolver o Congresso aos adversários democratas. "Os mesmos democratas que estão com sangue nos olhos e faca nos dentes, ávidos por enquadrar Trump nas investigações por corrupção e enriquecimento ilícito que circulam em Washington", alertou. Ela antecipa um "futuro sombrio", tanto para Trump quanto para os filhos do ex-presidente Jair Bolsonaro, a partir da próxima semana.

"Culpa do Moraes"

Apesar da perplexidade entre parlamentares do próprio partido de Flávio — que divulgou carta, ontem, se autodeclarando "presidente eleito do Brasil" e, logo em seguida, a corrigiu para "líder do Brasil" —, a evasão para os EUA é defendida por integrantes da ala mais bolsonarista do PL, que culpa o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que havia determinado a apreensão do passaporte do senador pela Polícia Federal. "Suas decisões, seus reais motivos, seus escândalos... E qual o interesse dele em tudo isso? Defender a democracia é que não é", afirmou um parlamentar bolsonarista à coluna.

Carta escrita por IA?

Fontes no governo federal apontam que o texto golpista divulgado por Flávio alegando ser "presidente eleito" do Brasil foi gerado por inteligência artificial. Por conta disso, uma primeira versão da carta foi divulgada com o brasão cujos dizeres vigoraram até 1968 — aquele que diz "Estados Unidos do Brazil". O erro virou chacota nas redes sociais.

Viagem de luxo a Miami no "Rolls-Royce dos ares"



A rota de fuga de Flávio Bolsonaro (PL) e família, a partir de Brasília até a fronteira do Brasil com a Argentina e, depois, decolando do Aeroporto Internacional de Iguazú — com escala técnica no Equador, até chegar a Miami, nos Estados Unidos —, é praticamente cinematográfica. Ainda não se sabe ao certo como o candidato derrotado do PL nas urnas, no último domingo, foi parar no país vizinho, mesmo com o passaporte bloqueado pela Polícia Federal. Mas, a partir do aeroporto argentino rumo aos EUA, o voo de Flávio e família foi de luxo, a bordo de um jato Gulfstream V, conhecido como "Rolls-Royce dos ares". O avião da empresa argentina de táxi aéreo BAires Fly, configurado para levar até 14 pessoas, tem o prefixo LV-JQW. A companhia oferece aos viajantes "serviço personalizado 24 horas", "auxiliar de voo" e "amenidades", como iPads, jornais, revistas especializadas, cobertores e almofadas de puro algodão.

O modelo GV da fabricante norte-americana foi produzido entre 1995 a 2002. O valor do jato usado para a compra é de US$ 8,5 milhões e o custo médio da hora voada fretada varia de R$ 45 mil a R$ 61,1 mil, conforme o site Jet.Tracker, que informa apenas quatro matrículas ativas no Brasil. De acordo com o jornal argentino *Perfil*, o pagamento do fretamento do voo de Flávio foi feito via um "broker dos Estados Unidos" e custou US$ 140 mil — o equivalente a R$ 747,6 mil no câmbio de ontem (R$ 5,34), e a pouco mais de 17 vezes o salário mensal do senador fluminense (R$ 46.366). Segundo o mesmo jornal, a BAires Fly é alvo de investigação sobre suspeitas de corrupção e lavagem de dinheiro na Agência Nacional de Deficiência da Argentina (Andis).

Cúpula do G20

Em breve, o presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Silva terá um encontro com Trump justamente em Miami. Entre 14 e 15 de dezembro, na cidade do estado norte-americano da Flórida, o presidente dos EUA será o anfitrião do próximo encontro da Cúpula do G20 — grupo das 19 maiores economias desenvolvidas e emergentes do planeta, mais as uniões Europeia e Africana. O republicano ainda não reconheceu a vitória do petista e declarou que a eleição foi "fraudulenta". Mas não apresentou provas do que disse.

LDO e Orçamento parados

Apesar de serem consideradas pautas urgentes da área econômica, os projetos de lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) e Orçamentária Anual (Ploa) de 2027 continuam parados no Congresso e sem relatoria definida. Essa paralisia está deixando os técnicos do Legislativo preocupados. Por enquanto, há dois senadores cotados para relatá-los: Eduardo Gomes (PL-TO) e Eduardo Braga (MDB-AM), para o PLDO e o Ploa, respectivamente. Contudo, a indicação ainda segue sem definição.

Evento tecnológico

A 5ª edição do BB Digital Week, maior evento de tecnologia e inovação do Centro-Oeste, termina hoje, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. Segundo organizadores, mais de 17 mil pessoas compareceram aos dois primeiros dias. A expectativa é que passem pela feira cerca de 30 mil pessoas. Entre os palestrantes de hoje, a presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, estará no painel "A nova fronteira da confiança", sobre governança corporativa na era da inteligência artificial, a partir das 14h.

Colaborou Renato Souza



A volta do voto distrital misto

Hugo Motta costura a adoção do sistema a partir de 2034. Uma reação ao avanço do PL e à redução do espaço do Centrão

» LUÍZA ALTOÉ

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e os partidos de centro avançaram nas discussões sobre uma mudança do sistema eleitoral proporcional para o voto distrital misto. Eles acordaram que o novo sistema entrará em vigor em 2034, com transição a partir de 2030. O entendimento foi firmado em reunião realizada, ontem, entre o deputado e lideranças do União, PP, PSD, Republicanos, MDB, Federação PSDB-Cidadania e Podemos.

O voto distrital misto já estava na pauta de alguns partidos do Centrão, mas ganhou urgência após o resultado das eleições, quando os "puxadores de voto" possibilitaram um crescimento expressivo da bancada do PL e, em consequência, a diminuição do Centrão. A ideia é reduzir a influência desses parlamentares que obtêm número significativo de votos e, assim, elegem candidatos menos votados.

Nas eleições, o maior puxador de votos foi o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), que recebeu 3,1 milhões. A votação permitiu, além da própria cadeira, outras 13 cadeiras para o PL em Minas Gerais. Lucas Pavanato (PL-SP) puxou outras sete cadeiras para o partido em São Paulo. A deputada federal Erika Hilton (PSol-SP) ajudou a legenda a eleger outros três candidatos.

Isso acontece porque, atualmente, a eleição de deputados federais, estaduais e distritais ocorre por meio do sistema proporcional. Nesse formato, as cadeiras são distribuídas de acordo com os votos do partido e da federação em que estão inseridos.

No voto distrital misto, as unidades da Federação seriam divididos em distritos. Os candidatos mais bem votados nesses recortes ocupariam metade das cadeiras disponíveis. A outra metade das vagas seria ocupada por nomes pré-definidos por partidos em uma lista.

"Caminharemos para fazer, ainda este ano, uma discussão e possível votação na Câmara dos Deputados sobre a mudança do nosso sistema eleitoral, caminhando para o sistema distrital misto", disse Motta após a reunião. Conforme adiantou, ficou acordado que a mudança ocorrerá por meio de uma proposta de emenda à Constituição (PEC), que traz mais segurança jurídica e mais legitimidade do ponto de vista do Parlamento para mudanças estruturantes. Um dos cotados para a relatoria é o deputado Domingos Neto (PSD-CE), que relata um projeto de tema semelhante.

Uma das ideias discutidas para a transição diz que, em 2030, seria implementado o "distritão misto". Com isso, na próxima eleição, metade das cadeiras do estado seriam ocupadas pelos candidatos mais votados e a outra metade seria definida em uma lista partidária. Somente em 2034 seria efetivado o novo sistema.

Motta afirmou que buscará outros partidos para que a proposta seja viabilizada — PT, PCdoB, PV, PSol, PL e Novo vinham se distanciando dessas discussões.

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Caminharemos para fazer, ainda este ano, uma discussão e possível votação na Câmara dos Deputados sobre a mudança do nosso sistema eleitoral, caminhando para o sistema distrital misto"

Deputado Hugo Motta, *presidente da Câmara*

Bate-chapa no Senado e adesão na Câmara

A bancada do PL planeja reunir-se na próxima semana para decidir as presidências do Senado e da Câmara dos Deputados. Apesar de as eleições para o comando das Casas serem apenas em fevereiro de 2027, as articulações aceleraram após o resultado da corrida presidencial.

No Senado, o atual presidente, Davi Alcolumbre (União-AP), trabalha para se reeleger no ano que vem, e aliados o veem fortalecido com a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para ser eleito, ele precisa do apoio de, no mínimo, 41 dos 81 senadores.

O PL, no entanto, planeja disputar o comando da Casa. O partido terá a maior bancada do Senado, com 29 parlamentares, e deseja a Presidência para fazer andar temas que Alcolumbre se recusou a pautar. É o caso do impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), como Alexandre de Moraes.

O partido trabalha com dois nomes: Rogério Marinho (PL-RN) e Tereza Cristina (PP-MS). Membros da legenda defendem uma chapa com Marinho à frente e Tereza compondo a Mesa Diretora. Outros veem a candidatura da senadora mais fortalecida pela sua capacidade de articulação e por não estar filiada ao PL. O escolhido será aquele que "agregar mais" contra Alcolumbre.

Para tentar desmobilizar o PL e angariar votos, o atual presidente do Senado vem fazendo promessas de andar com pautas do PL e defendendo uma pacificação no país. Na terça-feira, Alcolumbre recebeu apoio da Federação União Progressistas, formada por União Brasil e Progressistas (PP). No entanto, o apoio declarado pelos presidentes dos partidos não reflete a posição dos senadores das duas legendas.

A bancada do PL também se reúne na próxima semana para discutir o cenário da eleição na Câmara. O partido já havia sinalizado que buscaria a Presidência da Casa, mas pode ficar isolado.

O atual presidente, Hugo Motta (Republicanos-PB), pretende se reeleger e formou um bloco de 15 partidos que vão apoiá-lo. Caso fique de fora, o PL perde preferência na escolha de cargos da Mesa Diretora e no comando de comissões importantes. (**LA**)